Marco Regulatório do mecanismo REDD no estado do Pará

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Haeliton Antonio Andrade Arruda

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS

Introdução

A preservação do meio ambiente é fundamentada pelo
art. 225 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a Carta Magna de 1988 sistematizou o tratamento jurídico da matéria estabelecendo, além das competências privativas, competência comum para o combate e proteção do meio ambiente . Em matéria ambiental o direito muito evoluiu, no entanto, algumas questões políticas que podem provocar mudanças encontram dificuldades na sua implantação, em função do interesse econômico.
Vários estudos atestam que o bem-estar humano está sendo afetado devido aos danos ambientais provocados por atividades antrópicas, levando a concluir que os
serviços ambientais ou ecossistêmicos prestados pela natureza estão em risco.
Destaca-se neste contexto, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), um instrumento econômico cada vez mais utilizado para criar incentivos econômicos que
visem à conservação ambiental.

Objetivo

O objetivo deste artigo é discutir o contexto de aplicação e sistematizar
os dispositivos legais existentes para a delimitação de um marco regulatório
capaz de dar suporte a uma política subnacional de REDD e suas implicações
para o estado do Pará.

Material e Métodos

O método utilizado no trabalho será o método dialético, analisando-se o
conteúdo histórico, econômico e político do problema. No cerne da questão
serão colocadas em evidência as contradições que envolvem a problemática.Nesta perspectiva, a contribuição científica se dará através do
levantamento bibliográfico (análise da doutrina no direito administrativo, agrário
e ambiental, demais legislações, jurisprudências, artigos jurídicos, documentos
e livros que tratem do tema) e apreciação do arcabouço legal dos marcos
supracitados, verificando-se quais estados possuem leis sobre mudanças
climáticas e qual a sua relação com os pagamentos por serviços ambientais,

especialmente o REDD+, avaliando o contexto de cada estado, bem como os pontos fortes, as fragilidades e as oportunidades encontradas.

Resultados e Discussão

Como resultado, tem-se que, apesar do contexto atual de riscos de desmatamento em florestas no estado, ainda há muitas barreiras para implementação dos PSAs enquanto política pública, particularmente na construção de um arcabouço legal que dê segurança às iniciativas de projetos REDD no Pará, bem como a regulamentação sobre a repartição de benefícios quando ocorre o envolvimento de comunidades tradicionais.

Conclusão

A análise dos dados disponíveis apontam que o Estado do Pará possui um enorme potencial para a implantação de projetos de REDD+ e PSA.
Neste aspecto, alguns estudos apontam que as áreas de projetos de assentamento no Estado do Pará são suscetíveis ao desmatamento. Portanto, tal situação seria favorável à adoção de projetos de REDD+ e PSA como uma alternativa que viabilize as mudanças nas formas de uso das terras adotadas.

Referências

ADAMI, M.; RUDORFF, B. F. T.; FREITAS, R. M.; AGUIAR, D. A.; SUGAWARA, L. M.; MELLO, M. P. Remote sensing time series to evaluate direct land use change of recent expanded sugarcane crop in Brazil. Sustainability, v.4, p. 574-585, 2012.
AGUIAR, D. Séries temporais de imagens MODIS para avaliação de pastagens tropicais. 2013. 167 p. (INPE-17280-TDI/2101). Tese (Doutorado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos. 2013.
ANDRADE, D. C. & ROMEIRO, A. R.Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano.Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 155, fev. 2009.